

SANTA CATARINA

Ranking de Competitividade dos Estados

Edição 2023

O Ranking da Competitividade dos Estados Brasileiros é uma publicação anual concebida pelo Centro de Liderança Pública (CLP)

Jorginho Mello

Governador de Santa Catarina

Marilisa Boehm

Vice-Governadora de Santa Catarina

Edgard Usuy

Secretário de Estado do Planejamento (SEPLAN)

Lucas Amancio

Secretário Adjunto de Estado do Planejamento (SEPLAN)

Larissa Borges

Diretora de Políticas Públicas

Paulo Zoldan

Economista e Coordenador do Informe

Sumário

Santa Catarina no Ranking de Competitividade dos Estados 2023

Aspectos Metodológicos	04
Destaques Regionais	05
Santa Catarina no Ranking	07
Santa Catarina: Os Pilares e Seus Indicadores	08
Segurança Pública	
Infraestrutura	
Sustentabilidade	
Social	
Solidez Fiscal	
Educação	
Sustentabilidade Ambiental	
Eficiência da Máquina Pública	
Capital Humano	
Tamanho do Mercado	
Inovação	
Conclusões	22
Anexos	26

Santa Catarina no Ranking de Competitividade dos Estados 2023

Aspectos Metodológicos

O Ranking de Competitividade dos Estados surge a partir de uma visão de que a competição no setor público além de saudável é desejável. E coloca-se como elemento complementar à promoção da justiça, equidade e desenvolvimento econômico e social.

A competição saudável faz com que Estados e Municípios busquem melhorar seus serviços públicos, atraindo empresas, trabalhadores e estudantes para ali viverem e se desenvolverem social e economicamente.

Nessa perspectiva, em agosto passado foi lançado, em Brasília, a 12ª edição do Ranking de Competitividade dos Estados. Criado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) em 2011, com apoio técnico da Economist Intelligence Unit, por meio da metodologia SEALL, teve o objetivo de gerar diagnósticos e direcionamentos para a atuação dos líderes públicos estaduais. Em 2015, em sua quarta edição, passou a contar também com a contribuição técnica da Tendências Consultoria Integrada, que a partir de 2021, assumiu integralmente a função.

Em sua concepção atual, o ranking possibilita identificar, dentro de cada um de seus 10 pilares temáticos, quais são os pontos fortes e fracos que influenciaram a classificação final do Estado em cada um dos indicadores contemplados.

Trata-se, portanto, de uma ferramenta já conhecida e de grande relevância, que visa apoiar líderes públicos na tomada de decisões, com foco na melhoria de seus estados, norteando e avaliando ações com vistas a melhora da competitividade.

O CLP relaciona a competitividade de um estado à capacidade de ação dos seus líderes públicos, sendo competitivo aquele que está atento aos recursos disponíveis e a forma como são utilizados para surtir efeitos positivos, tanto na geração de bem-estar e serviços públicos, quanto no desenvolvimento econômico local.

O ranking torna-se, dessa forma, importante, não apenas o seu resultado, mas também o sucesso obtido em relação aos outros estados. O efeito gerado motiva governos a tomar iniciativas de desenvolver políticas com cada vez mais impacto. Pode também ser útil para o setor privado tomar decisões de investimentos, ao basear-se em critérios de atratividade, de acordo com as especificidades de seus projetos. E aos cidadãos representam uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos e também funcionam na promoção das melhores práticas na gestão pública.

Em suma, sistemas de rankings são percebidos com grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidade das políticas públicas em cada Estado.

Por fim, a CLP considera o uso do ranking como imprescindível para determinar um foco de ação por parte da administração pública, pois um bom desenho de uma política pública precisa de um bom diagnóstico a partir de indicadores consolidados e testados. Da mesma forma, revelam o progresso de desempenho se bem utilizados.

Para tanto, nessa edição, o CLP, após intensos debates com especialistas incluiu 13 indicadores, totalizando 99, os quais estão distribuídos em 10 pilares temáticos, todos considerados fundamentais para a promoção da competitividade: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação. Cada pilar tem um peso no ranking geral e cada indicador um peso dentro de cada pilar.

Cada um desses indicadores, além da classificação no ranking, recebe também uma nota de 0 a 100, sendo 100 a nota máxima e que se refere ao Estado mais bem colocado. Para tanto, foi adotado o critério min-máx de normalização dos indicadores, no qual se utilizam os valores máximo e mínimo de cada indicador para normalizar linearmente os dados entre 0 e 100, mantendo a dispersão original dos dados. Ao final desse texto, um anexo contém a descrição de cada um dos 99 indicadores, as fontes que foram utilizadas e o ano de referência.

Para a apuração do ranking, foram utilizadas as informações mais atualizadas de cada indicador. Em função da grande diversidade de fontes, os anos de referência da pesquisa não são necessariamente os mesmos. A maioria, nessa edição, refere-se ao ano de 2022, mas em vários casos referem-se a anos anteriores, por ser o último disponível. São poucos os que se referem ao ano de 2023.

Aliado à vontade política, o Ranking coloca-se, portanto, como uma poderosa ferramenta para delinear ações governamentais e apoiar a elaboração de políticas baseadas em evidências. Com ele, o desafio da construção de um Estado com elevados padrões socioeconômicos se torna mais factível, ressalta o CLP.

Destaques Regionais

Assim como na edição de 2022, São Paulo segue na primeira colocação no ranking. Destaca-se em Infraestrutura, Educação e Inovação, com a primeira posição no País. E em Sustentabilidade Ambiental, Sustentabilidade Social e Potencial de Mercado ocupa o segundo lugar. Em Segurança Pública manteve a 4ª colocação, mas teve avanços em

Capital Humano, passando da 6ª para a 5ª, e avançou três posições em Solidez Fiscal, que agora ocupa 13ª posição.

Da mesma forma, Santa Catarina (SC) permaneceu na segunda posição no ranking geral pelo sétimo ano consecutivo. Em 2011, SC ocupava a 7ª posição; em 2012 e 2013 avançou para a 6ª, em 2014 para a 5ª, em 2015 e 2016 para a 3ª e desde 2017 ocupa o 2º posto.

SC lidera os rankings de Sustentabilidade Social, Segurança Pública e Capital Humano. Em Inovação ocupa a 3ª colocação. E em Potencial de Mercado, manteve a 4ª colocação. No entanto, o Estado recuou dois postos em Eficiência da Máquina Pública (para a 3ª colocação) e também perdeu um posto em Infraestrutura (para a 3ª colocação). Em Sustentabilidade Ambiental (5ª colocação) perdeu um posto e na Educação (5ª colocação) perdeu 2 postos.

O Paraná manteve a 3ª colocação do Ranking Geral, ocupando a 1ª posição no pilar de Sustentabilidade Ambiental e a 2ª no de Eficiência da Máquina Pública. Teve melhora relativa nos pilares de Capital Humano (+11 posições), Educação e Infraestrutura (+2 cada) e Solidez Fiscal (+1). Todavia, houve piora nos pilares de Potencial de Mercado (-8), Segurança Pública (-3) e Inovação (-1).

O Distrito Federal manteve o quarto posto, enquanto o RS subiu uma posição no ranking deste ano e passou a ocupar o quinto posto. Contribuíram para os avanços do estado gaúcho a melhora nos indicadores do Capital Humano, da Educação, da Eficiência da Máquina Pública, da Infraestrutura e do Potencial de Mercado.

Enquanto os Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentram-se na metade superior do Ranking, os do Norte e Nordeste ocupam as últimas posições. Nesta edição, o Ceará tornou-se o representante do Nordeste mais bem colocado (12ª posição), enquanto o estado do Amazonas (14ª posição) seguiu na liderança da região Norte.

Quanto ao critério de ponderações dos indicadores observa-se que SC também teve avanço na pontuação geral. Quando observado a nota geral do ranking, o Estado avançou de 79,2 em 2022 para 84,2 (+5) na edição atual, enquanto SP passou de 83,2 pontos para 89,8 pontos (+6,6). Já o PR recuou de 75,3 para 72,1 (-3,2), afastando-se, portanto, em relação a posição em que SC se encontra.

Ainda observando o conjunto da federação, observa-se que entre 2015 e 2023, os únicos Estados que avançaram mais que SC na pontuação geral foram na ordem: Alagoas (17º colocado) e Mato Grosso (8º). Um resultado relevante, considerando-se o já avançado nível de desenvolvimento socioeconômico do Estado, que figura com as melhores notas e classificações.

A Tabela 1 apresenta a posição dos Estados brasileiros no ranking em 2015 e a evolução dessa posição nas duas últimas edições. Apresenta também a nota atribuída por Estado em cada uma dessas edições.

TABELA 1 - Evolução no Ranking de Competividade dos Estados, 2015, 2022 e 2023

	POSIÇÃO NO RANKING			NOTA ATRIBUÍDA		
	2015	2022	2023	2015	2022	2023
São Paulo (SP)	1º	1º	1º	90,1	83,2	89,8
Santa Catarina (SC)	3º	2º	2º	77,3	79,2	84,2
Paraná (PR)	2º	3º	3º	79,7	75,3	72,1
Distrito Federal (DF)	4º	4º	4º	69,8	74,5	69,1
Rio Grande do Sul (RS)	6º	6º	5º	67,5	58,2	64,2
Minas Gerais (MG)	7º	8º	6º	67,3	56,9	61,9
Goiás (GO)	10º	9º	7º	58,2	56,6	61,7
Mato Grosso (MT)	11º	5º	8º	52,8	60,6	61,5
Mato Grosso do Sul (MS)	9º	7º	9º	67,8	54,8	60,3
Espírito Santo (ES)	5º	10º	10º	63,6	58,1	60,3
Rio de Janeiro (RJ)	8º	11º	11º	66,2	49,8	50,8
Ceará (CE)	12º	13º	12º	52,1	47,8	50,7
Paraíba (PB)	15º	12º	13º	50,6	48,9	49,8
Amazonas (AM)	17º	16º	14º	47,9	45,3	43,5
Tocantins (TO)	18º	18º	15º	47,2	40,6	42,3
Pernambuco (PE)	13º	15º	16º	51,4	46,5	41
Alagoas (AL)	27º	14º	17º	23,4	47,2	40,6
Rondônia (RO)	19º	19º	18º	44,7	39,6	40,5
Sergipe (SE)	24º	21º	19º	35,4	37,4	37,7
Pará (PA)	22º	23º	20º	41,4	31,9	35,7
Maranhão (MA)	20º	26º	21º	43,1	31,4	35,3
Piauí (PI)	21º	25º	22º	41,7	31,6	34,5
Rio Grande do Norte (RN)	23º	20º	23º	40,7	37,5	34,2
Bahia (BA)	14º	17º	24º	50,6	40,8	34,1
Roraima (RR)	16º	22º	25º	48	35,3	27,3
Amapá (AP)	25º	27º	26º	35	27	26,4
Acre (AC)	26º	24º	27º	34,4	31,8	25,6

Fonte: Centro de Liderança Pública -CLP

Santa Catarina no Ranking

Vice-líder pelo sétimo ano consecutivo, SC ocupa a 1ª posição nos pilares de Capital Humano, Segurança Pública e Sustentabilidade Social e a 3ª nos de Eficiência da Máquina Pública, de Infraestrutura e de Inovação.

Nessa edição, tendo em vista mudanças metodológicas com a introdução de novos indicadores, o Estado ganhou 23 posições nos pilares de Capital Humano (+23 posições). Também avançou em Solidez Fiscal (+8 posições) e Inovação (+1 posição), porém perdeu colocações nos de Educação e de Eficiência da Máquina Pública (-2 cada) e de Infraestrutura e de Sustentabilidade Ambiental (-1 cada).

Dos 99 indicadores avaliados nessa edição em SC, 29 tiveram melhora na classificação no ranking, 27 permaneceram na mesma posição e houve piora em 25 deles. Em 5 deles não houve atualização do dado e houve também a inclusão de 13 novos indicadores. A comparação foi feita entre os dois últimos anos disponíveis para cada indicador.

Quanto à nota atribuída a cada um desses indicadores, o Estado teve a melhor nota em 8 deles. Houve melhora em 40 e piora em 35 deles, sendo que para 6 indicadores foram atribuídas a mesma nota em relação ao último ano disponível. Ainda em 5 deles não houve atualização dos dados e os outros 13 foram indicadores novos.

E assim, através da observação de cada um dos indicadores do ranking é possível compreender a dinâmica de cada um e sondar as fragilidades e potencialidades do estado de SC.

Dessa forma, os pilares que sustentam o Ranking serão apresentados por ordem de peso atribuído a cada um deles no ranking, de maneira que se possa compreender sua composição, sua dinâmica no tempo e a posição de SC no pilar e em cada um dos indicadores que os compõem. As comparações são sempre em relação aos demais estados brasileiros e ao DF.

Santa Catarina: Os Pilares e Seus Indicadores

No caso da SEGURANÇA PÚBLICA, considera-se como o serviço público que melhor expressa o funcionamento das instituições, visto que a construção da ordem e a proteção aos direitos individuais são essenciais para o desenvolvimento.

A inclusão de um pilar específico de Segurança Pública no ranking é justificada por razões constitucionais, já que a garantia de segurança aos cidadãos é de responsabilidade central da esfera estadual e também prática, visto que a segurança pública no Brasil é uma das maiores preocupações dos cidadãos, diante dos índices alarmantes de violência urbana.

Por esta razão, o pilar da segurança pública recebeu o maior peso (12,7%) entre os 10 pilares temáticos do ranking, e é composto por 10 indicadores, listados na Tabela 23.

Neste ano, o CLP incluiu o indicador de Violência Sexual, variável considerada relevante no contexto brasileiro, tendo em vista os recordes de registro de estupros no País, ainda que as subnotificações desse tipo de crime seja um fator limitante.

SC, DF e PB ocupam, nessa ordem, as primeiras posições no pilar. Em relação à edição

passada, o Estado segue como o primeiro colocado, o DF manteve a 2ª colocação, e a Paraíba subiu da 6ª para a 3ª colocação, trocando o posto com o PR que passou da 3ª para 6ª colocação. O AM exibiu o maior avanço de posição, passando da 24ª para a 14ª posição.

O indicador de maior peso é o de Segurança Pessoal já que representa o crime que gera os maiores danos à sociedade, por seus índices alarmantes e por dispor das medições mais confiáveis.

SC se destaca na segunda colocação em Segurança Pessoal (óbitos por 100 mil habitantes) e avançou para a melhor classificação em Segurança Patrimonial (roubos por 100 mil habitantes). O Estado teve também melhora nas notas atribuídas em ambos os indicadores quando comparado com a edição anterior.

Houve ainda avanço na colocação dos indicadores Mortalidade no Trânsito (de 16º para 15º posto); Morbidade no Trânsito (de 14º para 10º posto); Atuação do Sistema Criminal (de 7º para 4º posto) e Déficit Carcerário (de 10º para 5º posto). E ficou estável na classificação do indicador Mortes a Esclarecer (10º posto), **enquanto teve piora do indicador Presos sem Condenação (de 7ª para 9ª)**. Qualidade da Informação de Criminalidade (11º posto) não teve atualização nessa edição.

Apesar da melhora na nota dos indicadores Mortalidade e Morbidade no Trânsito, o Estado tem muito a melhorar, já que não está bem classificado, assim como é o caso de Violência Sexual.

TABELA 2: SC - PILAR SEGURANÇA PÚBLICA – Classificação por Indicador, 2015 a 2023

Ano/ Classificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
no Pilar e por Indicador	3º	4º	1º	2º	1º	1º	1º	1º	1º
1. Atuação do Sist. de Justiça Criminal	6º		6º	11º		7º	7º	4º	
2. Déficit Carcerário	7º	2º	1º		1º	7º	10º	5º	
3. Morbidade no Trânsito				17º	13º	12º	14º	10º	
4. Mortalidade no Trânsito	5º	15º	17º	18º	19º	16º	15º		
5. Mortes a esclarecer	2º	7º	11º	9º	9º	10º	10		
6. Presos sem Condenação		8º	5º		5º	6º	7º	9º	
7. Qualidade da Inform. de Criminal.			13º			11º			
8. Segurança Patrimonial	8º		3º	1º	14º	1º	2º	1º	
9. Segurança Pessoal	2º		2º	2º	2º	2º	2º	2º	
10. Violência Sexual									21º

TABELA 2.1: SC - PILAR SEGURANÇA PÚBLICA – Nota Atribuída, 2015 a 2023									
Ano/ Notas no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1. Atuação do Sist. de Justiça Criminal	26,8		49,8	35		64,3	51,4	52,3	
2. Déficit Carcerário	72,3	97	100		100	87,8	83,6	91,1	
3. Morbidade no Trânsito				84,9	84,3	77,8	60,4	71,6	
4. Mortalidade no Trânsito	80,6	60,1	61,6	53,4	47	53,1	69		
5. Mortes a esclarecer	96,2	90,9	85,4	88,3	94,3	81,5	67,2		
6. Presos sem Condenação		61,2	74,8		68,6	73,4	81,2	77,2	
7. Qualidade da Inform. de Criminal.			74,9			77,4			
8. Segurança Patrimonial	69,9		97	100	73,4	100	99,4	100	
9. Segurança Pessoal	92,8		89,8	93,4	89,3	94	95	98,5	
10. Violência Sexual								54,2	

No que se refere à **INFRAESTRUTURA**, considerou-se que sua crônica deficiência é um dos principais desafios para a melhoria da competitividade, assim como a deficiência na Educação.

Por conta de sua importância decisiva para a competitividade, a infraestrutura tem o segundo maior peso entre os 10 pilares (12,4% do cômputo geral). São 10 os indicadores avaliados, conforme apresentado na Tabela 3.

Buscou-se, aqui, compilar indicadores de segmentos como rodovias, energia e telecomunicações, sendo que pesos maiores foram dados aos indicadores de Qualidade do Serviço de Telecomunicações, Qualidade da Energia Elétrica e Qualidade das Rodovias, considerados os mais críticos. Já o indicador de Disponibilidade de Voos Diretos recebeu menor peso.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram SP, ES e SC, nessa ordem. Em relação à edição passada, SP segue como o primeiro colocado, ES passou da 5ª para 2ª posição, e **SC caiu da 2ª para 3ª colocação.** GO exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 11 colocações.

Nessa edição, o Estado perdeu a 1ª posição no indicador Backhaul de Fibra Ótica, que passou para a 3ª colocação no ranking geral e é a melhor colocação do estado na infraestrutura. Mas **houve melhora na classificação e nota dos indicadores Qualidade das Rodovias, Qualidade dos Serviços de Telecomunicações, Custo de Energia Elétrica e Qualidade da Energia Elétrica.** Destacou-se aí, o indicador **Qualidade das Rodovias, que passou da 19ª para a 11ª colocação.**

No entanto, o indicador Custo dos Combustíveis recuou da 5ª colocação para a 11ª. Também perdeu posição os indicadores Custo do Saneamento Básico, Acessibilidade dos Serviços de Telecomunicações e Acesso à Energia Elétrica.

Tabela 3: SC - PILAR INFRAESTRUTURA – Classificação por Indicador, 2015 a 2023

Ano/ Classificação no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	4	4	3	4	3	2	3	2	3
1. Acessib.do Serv. de Telecomunicações	7	7	8	4	4	4	3	5	
2. Acesso à Energia Elétrica	18	-	6	7	4	-	-	5	
3. Backhaul de Fibra Ótica					1	1	1	-	3
4. Custo da Energia Elétrica	11	14	10	7	3	2	6	4	
5. Custo de Combustíveis	4	3	6	3	3	6	5	11	
6. Custo de Saneamento Básico	19	18	18	16	18	17	21		
7. Disponibilidade de Voos Diretos	10	9	9	9	9	9	9	9	
8. Qualidade da Energia Elétrica	13	15	15	14	16	13	16	14	
9. Qualidade das Rodovias	17	10	11	15	15	-	19	11	
10. Qualidade do Serviço de Telecomunicações	8	7	10	9	5	3	12	9	

Tabela 3.1: SC - PILAR INFRAESTRUTURA – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2023

Ano/ Notas no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	68,4	65,1	65,9	61,3	54,5	67,8	73,4	72,7	61,9
1. Acessib.do Serv. de Telecomunicações	40,6	43,4	48,5	56,4	58,3	53,8	53,7	50,8	
2. Acesso à Energia Elétrica	85,4	-	98,9	97,6	99,4	-	-	94,4	
3. Backhaul de Fibra Ótica					100,0	100,0	100,0	-	97,8
4. Custo da Energia Elétrica	42,8	40,6	52,4	73,7	89,7	88,5	72,8	83,6	
5. Custo de Combustíveis	84,2	82,2	84,6	95,4	88,7	76,9	86,0	79,2	
6. Custo de Saneamento Básico	36,2	38,6	48,7	50,0	40,2	46,6	42,6		
7. Disponibilidade de Voos Diretos	11,0	10,8	11,2	10,9	10,5	8,9	10,1	10,4	
8. Qualidade da Energia Elétrica	78,2	84,0	88,6	93,0	89,2	92,3	85,4	91,0	
9. Qualidade das Rodovias	40,9	54,7	50,1	50,8	46,2	-	49,4	56,1	
10. Qualidade do Serviço de Telecomunicações	83,9	74,0	71,0	83,6	88,6	91,3	73,1	76,7	

O pilar da **SUSTENTABILIDADE SOCIAL** foi construído a partir de uma visão multidimensional. A ideia é superar abordagens que centram atenção apenas na dimensão da renda quando avaliam o bem-estar social. Há um foco especial nos grupos socialmente mais vulneráveis. O pilar, portanto, tem um dos maiores pesos no cômputo geral do ranking (11,6%).

A conexão do pilar com a competitividade é absoluta, pois segundo os pressupostos estabelecidos, não há melhor definição de um Estado competitivo do que aquele que é capaz de maximizar o bem-estar social de seus habitantes. Mas há também uma conexão com o reforço da qualidade do capital humano. A proteção contra as vulnerabilidades sociais favorece também as chances de inserção dos indivíduos na economia, potencializa as taxas de crescimento, bem como o reforço ao tamanho do mercado consumidor.

Nesta edição destaca-se a inclusão dos indicadores de Trabalho Infantil e Trabalho Escravo ao pilar. Também, os indicadores de Formalidade do Mercado de Trabalho, Inserção Econômica e Inserção Econômica dos Jovens foram removidos do pilar de

Sustentabilidade Social e passaram a integrar o pilar de Capital Humano.

Assim, o pilar está composto por 16 indicadores relacionados a saúde, pobreza, condições de moradia, saneamento básico e outros ligados à promoção do trabalho decente, conforme apresentado na Tabela 4. Os maiores pesos no Pilar foram atribuídos aos indicadores IDH, Famílias Abaixo da Linha da Pobreza, Mortalidade Materna e Mortalidade na Infância.

As UFs mais bem colocadas foram SC, SP e DF, nessa ordem. Em relação à edição passada, SC segue como o primeiro colocado, SP passou da 4ª para a 2ª colocação e o DF da 2ª para a terceira. E o RS que ocupava a 3ª colocação passou para a 4ª. PE exibiu o maior avanço no pilar, passando da 20ª para 15ª posição.

SC, portanto, é o Estado onde estão os melhores indicadores sociais do País, mantendo-se em primeiro lugar em toda a série iniciada em 2015. Tem a menor Desigualdade de Renda do País, o menor Número de Famílias abaixo da Linha de Pobreza (trocou de posição com o RS que passou a 2ª colocação) e a menor Mortalidade Infantil. O Estado ainda é o segundo colocado em Cobertura Vacinal e Desnutrição na Infância e o terceiro em IDH.

Vale destacar que o Estado teve um avanço importante tanto na colocação como na nota dos indicadores de Equilíbrio Racial (15ª) e Obesidade na Infância (4ª). Em Inadequação da Moradia houve avanço da 8ª para a 6ª colocação.

Houve, no entanto, piora no indicador Mortalidade Materna que passou da 1ª para a 7ª colocação. E em Acesso ao Saneamento Básico – Esgoto, o estado manteve a 10ª colocação e teve ligeira queda na nota atribuída. O mesmo ocorreu com o Acesso ao Saneamento Básico – Água que manteve a 15ª colocação com ligeira queda na nota.

Tabela 4: SC – PILAR SUSTENTABILIDADE SOCIAL – Classificação por Indicador, 2015 a 2023

Ano/ Classificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
no Pilar e por Indicador	1	1	1	1	1	1	1	1	1
1. Acesso ao Saneamento Básico - Água	12	-	13	15	15	-	-	15	-
2. Acesso ao Saneam. Básico - Esgoto	14	-	9	8	10	-	-	10	-
3. Anos potenciais de vida perdidos	5	4	6	4	5	5	5	-	-
4. Desigualdade de renda	1	-	1	-	1	-	1	1	-
5. Famílias abaixo da linha da pobreza	1	-	1	-	2	-	2	1	-
6. IDH	3	-	3	-	-	-	3	-	-
7. Inadequação de Moradia	-	-	-	-	8	-	-	6	-
8. Mortalidade Infantil	1	1	1	1	1	2	1	-	-
9. Mortalidade Materna	1	1	4	2	2	1	7	-	-
10. Mortalidade Precoce	2	2	3	4	4	4	4	-	-
11. Cobertura Vacinal	-	-	-	-	-	1	1	2	-
12. Desnutrição na Infância	-	-	-	-	-	2	4	2	-
13. Equilíbrio Racial	-	-	-	-	20	18	15	-	-
14. Obesidade na Infância	-	-	-	-	-	3	5	4	-
15. Trabalho Infantil	-	-	-	-	-	-	-	9	-
16. Trabalho Escravo	-	-	-	-	-	-	-	15	-

Tabela 4.1: SC – PILAR SUSTENTABILIDADE SOCIAL – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2023

Ano/ Notas no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1. Acesso ao Saneamento Básico - Água	75,7	-	76,8	77,3	74,2	-	-	72,7	-
2. Acesso ao Saneam. Básico - Esgoto	40,0	-	57,5	58,4	62,8	-	-	57,4	-
3. Anos potenciais de vida perdidos	86,7	90,1	88,3	88,6	87,8	84,9	86,5	-	-
4. Desigualdade de renda	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	100,0	-
5. Famílias abaixo da linha da pobreza	100,0	-	100,0	-	97,7	-	96,1	100,0	-
6. IDH	86,9	-	74,9	-	-	-	84,1	-	-
7. Inadequação de Moradia	-	-	-	-	81,9	-	-	86,2	-
8. Mortalidade Infantil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	96,9	100,0	-	-
9. Mortalidade Materna	100,0	100,0	90,6	98,2	89,4	100,0	94,0	-	-
10. Mortalidade Precoce	80,6	80,6	78,6	84,3	77,5	80,7	81,8	-	-
11. Cobertura Vacinal	-	-	-	-	-	100,0	100,0	97,6	-
12. Desnutrição na Infância	-	-	-	-	-	96,1	92,4	98,8	-
13. Equilíbrio Racial	-	-	-	-	27,6	29,3	58,1	-	-
14. Obesidade na Infância	-	-	-	-	-	65,5	68,2	85,4	-
15. Trabalho Infantil	-	-	-	-	-	-	-	96,6	-
16. Trabalho Escravo	-	-	-	-	-	-	-	85,8	-

O pilar da **SOLIDEZ FISCAL** foi construído sob o pressuposto de ser condição fundamental para o crescimento sustentado de longo prazo. Se as receitas governamentais ficam continuamente abaixo das suas despesas, o governo incorre em déficits, resultando no aumento de seu endividamento e, conseqüentemente, em baixa capacidade para investir na ampliação e manutenção dos serviços públicos. Um governo que não consegue “fechar suas contas” perde credibilidade e confiança por parte dos contribuintes, empresas e investidores nacionais e internacionais.

O pilar contempla nove indicadores e tem peso 11,5%. Os de maior peso são Solvência Fiscal, Gasto com Pessoal, Índice de Liquidez e Poupança Corrente. SC conquistou 8 posições no Pilar em 2023 passando da 15ª colocação no ranking para a 7ª. A posição de cada indicador apresenta-se na Tabela 5.

Os maiores avanços se deram nos indicadores Regra de Ouro (de 12º posto para o 6º) e Sucesso do Planejamento Orçamentário (de 15º posto para o 9º). A taxa de Investimento avançou da 12ª colocação para a 8ª. Também houve avanço na Dependência Fiscal (de 7º posto para o 5º), na Poupança corrente (de 14º posto para o 2º), no Resultado Primário (de 19º posto para o 17º), na Solvência Fiscal (de 23º posto para o 21º) e em Gasto com Pessoal (de 20º posto para o 19º). Houve também expressiva melhora nas notas atribuídas a Taxa de Investimento, ao Resultado Primário e a Regra de Ouro.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram MT, ES e PA, nessa ordem. O MA exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 9 colocações, passando da 23ª para 14ª posição.

Tabela 5: SC – PILAR SOLIDEZ FISCAL – Classificação por Indicador, 2015 a 2023

Ano/ Classificação no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	7	10	7	9	16	10	13	15	7
1. Dependência Fiscal	8	6	7	7	7	7	7	5	-
2. Taxa de Investimento	5	5	7	13	14	10	12	8	-
3. Gasto com Pessoal	-	-	-	15	12	14	20	19	-
4. Índice de Liquidez	-	-	-	-	5	5	2	7	-
5. Poupança Corrente	-	-	-	18	12	10	14	12	-
6. Regra de Ouro	-	-	-	-	11	15	12	6	-
7. Resultado Primário	19	21	18	16	16	17	19	17	-
8. Solvência Fiscal	12	16	16	23	23	22	23	21	-
9. Sucesso do Planej. Orçamentário	19	19	19	15	16	19	15	9	-

Tabela 5.1: SC – PILAR SOLIDEZ FISCAL – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2023

Ano/ Notas no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	93,2	64,5	76,4	80,9	60,2	67,5	75,5	65,8	73,2
1. Dependência Fiscal	71,2	76,6	80,0	82,7	76,6	75,2	74,2	80,3	-
2. Taxa de Investimento	53,6	66,5	60,1	30,8	30,3	43,4	30,0	60,9	-
3. Gasto com Pessoal	-	-	-	62,5	63,7	72,5	61,5	61,5	-
4. Índice de Liquidez	-	-	-	-	93,8	95,3	99,8	95,6	-
5. Poupança Corrente	-	-	-	40,9	39,4	38,6	38,6	48,7	-
6. Regra de Ouro	-	-	-	-	64,5	51,3	37,4	58,9	-
7. Resultado Primário	13,9	29,1	45,7	33,4	27,7	12,8	25,0	48,7	-
8. Solvência Fiscal	79,8	81,8	83,0	65,0	69,6	73,4	66,4	70,1	-
9. Sucesso do Planej. Orçamentário	51,9	58,0	51,3	69,2	55,6	50,3	55,9	69,0	-

O pilar **EDUCAÇÃO**, por sua importância, é um dos de maiores pesos do ranking (11,5%), sendo complementado ainda pelo pilar capital humano, com 8,2% do peso total. Enquanto o primeiro avalia as condições atuais da educação, o segundo examina o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho.

As deficiências na educação estão entre os maiores desafios para a melhoria da competitividade nacional. Há um amplo conjunto de medidas que precisam ser tomadas que vão além da melhora da qualificação e remuneração dos docentes, sendo que a melhoria da gestão das unidades educacionais deveria estar no centro das prioridades.

Este pilar é composto por 7 indicadores. O Índice de Oportunidade da Educação e a Taxa de Atendimento do Ensino Infantil são os de maior peso.

SP, MG e PR ocupam, nessa ordem, as primeiras posições. Em relação à edição passada, SP e MG mantiveram a mesma posição, enquanto o PR subiu da 5ª para a 3ª colocação. Rondônia (17ª) e RS (6ª) exibiram os maiores avanços de posição no pilar, com saltos de 3 colocações cada.

SC recuou dois postos nessa edição, depois de ter recuado um posto na edição de 2022. Os únicos indicadores que avançaram entre 2022 e 2023 foram o IDEB (passou de 6ª para 5ª) e a Taxa de Atendimento do Ensino Infantil (passa de 3º para o 2º posto). **Houve piora significativa, no entanto, na colocação e na nota atribuída ao indicador Avaliação da**

Educação (passa de 8º para o 21º posto); **na Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio** (passa de 4º para o 11º posto) e **na Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental** (passa de 10º para o 14º posto)

Tabela 6: SC – PILAR EDUCAÇÃO – Classificação por Indicador, 2015 a 2023									
Ano/ Classificação no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1. Avaliação da Educação	21	22	22	20	19	12	1	8	21
2. ENEM	6	-	1	4	4	-	-	4	-
3. IDEB	2	-	2	-	6	-	5	-	-
4. Índice de Oportunidade da Educação	3	-	5	-	6	-	4	-	-
5. Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	2	-	2	2	1	-	3	2	-
6. Tx de Frequência Líquida do Ensino Médio	7	-	4	3	6	-	4	11	-
7. Tx de Freq. Líquida do Ensino Fundamental	6	-	7	9	10	-	10	14	-

Tabela 6:1 SC – PILAR EDUCAÇÃO – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2023									
Ano/ Nota Atribuída no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1. Avaliação da Educação	84,1	85,7	83,1	86,0	82,0	86,4	86,7	92,6	73,4
2. ENEM	0,0	0,0	0,0	10,0	20,0	70,0	100,0	80,0	30,0
3. IDEB	71,6	-	100,0	92,4	92,4	-	-	90,6	-
4. Índice de Oportunidade da Educação	96,2	-	97,1	-	78,6	-	84,7	-	-
5. Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	92,9	-	78,4	-	78,9	-	83,5	-	-
6. Tx de Frequência Líquida do Ensino Médio	94,8	-	96,9	98,0	100,0	-	92,6	95,2	-
7. Tx de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	61,7	-	71,8	84,1	75,9	-	89,4	61,7	-
	93,2	-	81,8	69,4	68,9	-	72,8	63,8	-

A abordagem no pilar da **EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA** está entre as motivações centrais da construção do ranking, uma vez que incentiva a construção de um bom governo. A profissionalização e o desenvolvimento de canais institucionais para reforçar a meritocracia no interior da administração pública são considerados centrais na competitividade e também instrumentos fundamentais na qualidade da democracia.

Sob a ótica da competitividade, o CLP destaca ainda que a ineficiência da burocracia pública diminui a produtividade da economia ao minar a construção de um ambiente de negócios. A atividade econômica é considerada dependente de um ambiente positivo ao investimento e a inovação. Quando as instituições governamentais reduzem o custo da transação econômica, a energia dos agentes econômicos se volta para tarefas que reforçam o dinamismo da economia.

Neste pilar, com peso de 9,2% no ranking final, são avaliados 11 indicadores. Os de maior peso são Eficiência do Judiciário, Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, Custo do Legislativo/PIB; Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário e Custo do Executivo/PIB.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram RS, PR e SC, nessa ordem. Em relação à edição passada, houve troca de posição entre os primeiro e terceiro colocados, com o RS atingindo a

1ª colocação e SC recuando para a 3ª. O MT exibiu o maior avanço de posição, com salto de 8 colocações, passando para 6ª posição.

SC está mais bem classificada em **Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário** que manteve a 1ª colocação conquistada na edição passada. Também se destaca na **Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (2º)** e no **Custo do Legislativo/PIB (3º posto)**. O Indicador Custo do Judiciário manteve a 5ª colocação e o Custo do Executivo/PIB avançou da 9ª para 7ª colocação. **Em equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual passou da 16ª colocação para a 7ª**. Já a Eficiência do Judiciário, após uma melhora significativa na edição do ano passado quando passou da 18ª colocação para a 7ª, nessa edição recuou para a 15ª.

Tabela 7: SC – PILAR EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA – Classificação por Indicador, 2015 a 2023

Ano/ Classificação no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1. Custo do Executivo/PIB	4	7	7	8	7	1	2	1	3
2. Custo do Judiciário/PIB	12	9	10	10	9	9	9	7	-
3. Custo do Legislativo/PIB	6	5	5	5	5	5	5	5	-
4. Eficiência do Judiciário	6	6	5	6	5	4	3	3	-
5. Índice de Transparência	24	24	25	-	18	7	15	-	-
6. Oferta de serviços Públicos Digitais	-	13	-	4	-	15	-	-	-
7. Produtividade do Magistrado e Servidores do Judiciário	-	-	-	-	1	-	5	7	8
8. Qualidade da informação Contábil e Fiscal	-	-	-	-	8	1	1	-	-
9. Prêmio Salarial Público-Privado	-	-	-	-	10	2	2	-	-
10. Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	-	-	-	-	6	-	9	9	-
11. Equilíbrio de Gênero no Emprego Pública Estadual	-	-	-	-	8	-	16	7	-
	-	-	-	-	10	-	3	8	-

Tabela 7.1: SC – PILAR EFICIENCIA DA MÁQUINA PÚBLICA – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2023

Ano/ Nota Atribuída no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1. Custo do Executivo/PIB	93,9	92,7	86,4	77,7	82,5	100,0	99,2	100,0	92,3
2. Custo do Judiciário/PIB	90,5	92,0	91,8	87,5	86,4	86,9	86,6	87,3	-
3. Custo do Legislativo/PIB	94,0	92,8	88,9	91,5	91,5	94,0	86,1	83,0	-
4. Eficiência do Judiciário	88,0	93,4	94,1	92,2	94,4	95,4	96,0	96,0	-
5. Índice de Transparência	15,7	13,7	5,5	-	25,9	72,8	31,7	-	-
6. Oferta de serviços Públicos Digitais	-	97,2	-	93,4	-	84,5	-	-	-
7. Produtividade do Magistrado e Servidores do Judiciário	-	-	-	-	100,0	-	88,7	69,5	68,8
8. Qualidade da informação Contábil e Fiscal	-	-	-	-	96,6	100,0	100,0	-	-
9. Prêmio Salarial Público-Privado	-	-	-	-	80,7	99,3	94,8	-	-
10. Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	-	-	-	-	65,7	-	46,5	50,9	-
11. Equilíbrio de Gênero no Emprego Pública Estadual	-	-	-	-	74,5	-	62,8	79,2	-
	-	-	-	-	75,0	-	97,1	78,2	-

No que se refere ao pilar da **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**, a abordagem pressupõe que o padrão de desenvolvimento econômico de longo prazo pode estar duramente comprometido em função de restrições ambientais. Essas restrições vêm se tornando cada

vez mais visíveis, expressas em custos e prejuízos econômicos concretos. Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental como indutor de um padrão ambientalmente sustentável de desenvolvimento.

O peso do pilar no ranking é de 8,3%, sendo que é composto por 13 indicadores. Os indicadores Emissões de CO2, Desmatamento, Tratamento de Esgoto e Perda de água são os de maior peso no Pilar.

Nessa edição foram incluídos os indicadores de Preservação da Vegetação pelos Imóveis Rurais e Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais. Todos os demais foram atualizados.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram PR, SP e DF, mantendo-se a ordem da edição passada. AP exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 8 colocações, passando da 19ª para 11ª posição.

SC não foi bem em Sustentabilidade Ambiental nessa edição do Ranking, após ter tido avanços importantes na edição anterior. Ainda assim o Estado está bem posicionado na comparação com os demais e bem melhor classificado quando comparado com os anos iniciais da série. Mas recuou uma posição nessa edição para a 5ª colocação, sendo que grande parte dos indicadores perderam posição relativa.

Os indicadores em que **o Estado está melhor posicionado** considerando-se os últimos dados disponíveis foram: **Velocidade do Desmatamento (passou de 2ª para 3ª); Coleta Seletiva do Lixo (passou de 2ª para 3ª); Reciclagem de Lixo (manteve a 3ª) e Destinação do Lixo (recuou de 3ª para a 7ª).**

Serviços Urbanos, que trata da oferta de serviços de manejo de resíduos sólidos executados, passou de 12º para 17º, lembrando que em 2022, o Estado havia recuado outras duas posições. **Em Tratamento de Esgoto, SC recuou da 15º colocação para a 16ª.** Em Recuperação de Áreas Degradadas, passa de 11º para 18º, anulando parte dos avanços da edição passada; na Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento teve a pior performance da série, passando da 15ª para 23ª colocação. E em Desmatamento, passa de 8º para 9º.

Os indicadores em que SC manteve a colocação foram os de Emissões de CO2 (16º), de Reciclagem de Lixo (3ª) e de Perda de Água (4ª). Entre os novos indicadores, o Estado não teve também boa colocação. A Preservação da Vegetação pelos Imóveis Rurais teve a 12ª colocação e Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais, 18ª.

Tabela 8: SC – PILAR SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – Classificação por Indicador, 2015 a 2023

Ano/ Classificação no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	15	9	11	8	10	8	4	4	5
1. Destinação do Lixo	5	2	5	2	10	3	7	-	-
2. Emissões de CO2	13	14	12	8	4	16	16	-	-
3. Perda de Água	-	-	9	7	6	4	4	-	-
4. Serviços Urbanos	10	8	11	22	14	12	17	-	-
5. Tratamento de Esgoto	16	17	19	19	15	15	16	-	-
6. Coleta Seletiva de Lixo	-	-	-	-	2	2	3	-	-
7. Desmatamento	-	-	-	-	-	10	8	9	-
8. Reciclagem de Lixo	-	-	-	-	3	3	3	-	-
9. Recuperação de Áreas Degradadas	-	-	-	-	22	11	18	-	-
10. Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	-	-	-	-	-	21	15	23	-
11. Velocidade do Desmatamento	-	-	-	-	-	2	-	3	-
12. Preservação da Vegetação pelos Imóveis Rurais	-	-	-	-	-	-	12	-	-
13. Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais	-	-	-	-	-	-	18	-	-

Tabela 8.1: SC – PILAR SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2023

Ano/ Nota Atribuída no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	40,8	57,9	57,1	65,2	61,0	66,6	72,6	80,7	72,6
1. Destinação do Lixo	85,0	99,8	81,5	85,9	64,2	93,9	90,4	-	-
2. Emissões de CO2	63,0	62,9	60,4	67,0	95,0	64,5	59,7	-	-
3. Perda de Água	-	-	79,0	89,8	88,1	86,6	88,1	-	-
4. Serviços Urbanos	45,2	35,1	43,3	14,2	53,7	58,4	40,5	-	-
5. Tratamento de Esgoto	28,6	25,7	27,2	25,1	29,4	27,1	29,1	-	-
6. Coleta Seletiva de Lixo	-	-	-	-	85,1	84,5	82,2	-	-
7. Desmatamento	-	-	-	-	-	94,4	98,1	94,4	-
8. Reciclagem de Lixo	-	-	-	-	92,6	90,7	47,5	-	-
9. Recuperação de Áreas Degradadas	-	-	-	-	1,6	34,7	5,9	-	-
10. Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	-	-	-	-	-	0,0	37,5	0,0	-
11. Velocidade do Desmatamento	-	-	-	-	-	99,1	-	99,3	-
12. Preservação da Vegetação pelos Imóveis Rurais	-	-	-	-	-	-	53,6	-	-
13. Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais	-	-	-	-	-	-	22,2	-	-

No que se refere ao pilar **CAPITAL HUMANO**, pressupõe-se o baixo nível de qualificação da mão de obra como um dos principais gargalos ao desenvolvimento do País.

O pilar através de seus nove indicadores avalia o nível educacional da mão de obra, aspectos ligados à inserção no mercado de trabalho e os impactos sobre a produtividade da economia. Embora não esteja entre os de maior peso (8,2%), isso se justifica em função da sua complementariedade com a Educação (11,5%).

Aqui foram considerados indicadores de Qualificação dos Trabalhadores e os custos da mão de obra (fundamentalmente salários), que, embora estejam estreitamente relacionados ao nível de qualificação, produtividade e bem-estar social de cada estado, é também um indicador relevante na decisão de investimentos por parte das empresas.

Na edição do Ranking de 2023, os indicadores de Formalidade do Mercado de Trabalho, Inserção Econômica e Inserção Econômica dos Jovens passaram a integrar o pilar. Além disso, foram incluídos a Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas e a

Desocupação de Longo Prazo.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram SC, DF e MS, nessa ordem. Em relação à edição passada, SC subiu de 24º para 1º colocado, o maior avanço de posição no pilar (+23 posições), em virtude das colocações favoráveis nos novos indicadores de Formalidade do Mercado de Trabalho (1ª), Inserção Econômica (1ª), Inserção Econômica dos Jovens (1ª) e Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas (2ª). Por sua vez, o DF caiu da 1ª para 2ª colocação, e o MS subiu da 17ª para 3ª posição.

Ainda nos indicadores PEA com Ensino Superior (5ª colocação); Produtividade do Trabalho (6ª); Qualificação dos Trabalhadores (5ª) e Custo da Mão de Obra (24ª), o Estado manteve a mesma colocação da edição passada. Em Desocupação de longo Prazo o Estado ocupa a 7ª colocação.

Houve, no entanto, melhora na nota atribuída a Produtividade do Trabalho e no Custo de Mão de Obra, mas piorou em Qualificação dos Trabalhadores e PEA com Ensino Superior. As demais permaneceram inalteradas.

Ano/ Classificação no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	3	6	3	5	7	5	15	24	1
1. Custo de Mão de Obra	23	22	23	23	22	23	24	24	-
2. PEA com Ensino Superior	5	-	5	6	4	4	5	5	-
3. Produtividade do Trabalho	5	4	4	6	4	7	6	6	-
4. Qualificação dos Trabalhadores	4	-	5	5	5	5	5	5	-
5. Formalidade do Mercado de Trabalho	1	-	1	1	1	1	1	1	-
6. Inserção Econômica	1	1	1	1	1	1	1	1	-
7. Inserção Econômica dos Jovens	1	-	1	1	1	-	1	1	-
8. Desocupação de Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	7	-
9. Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas	-	-	-	-	-	-	-	2	-

Tabela 9.1: SC – PILAR CAPITAL HUMANO – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2023

Ano/ Nota Atribuída no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	57,2	68,0	70,4	53,8	53,4	45,6	37,9	10,7	100,0
1. Custo de Mão de Obra	58,7	60,5	58,7	59,1	56,5	54,4	51,0	51,7	-
2. PEA com Ensino Superior	40,6	-	42,5	42,6	41,6	42,3	39,7	36,3	-
3. Produtividade do Trabalho	38,2	38,3	34,9	31,1	34,2	22,8	26,1	32,6	-
4. Qualificação dos Trabalhadores	65,3	-	61,3	60,1	61,5	57,7	51,9	47,2	-
5. Formalidade do Mercado de Trabalho	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-
6. Inserção Econômica	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-
7. Inserção Econômica dos Jovens	100,0	-	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-
8. Desocupação de Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	75,7	-
9. Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas	-	-	-	-	-	-	-	99,6	-

No pilar POTENCIAL DO MERCADO foi considerado o tamanho do PIB de cada Estado, a dinâmica de crescimento do PIB nos últimos anos e o crescimento potencial da força de

trabalho. Naturalmente, o tamanho da economia do Estado é uma das variáveis levadas em consideração na decisão de destinação de investimentos das empresas, favorecendo a competitividade das maiores UFs. Ao mesmo tempo, Estados com economias mais dinâmicas também abrem mais oportunidades de investimento, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento. O ritmo de crescimento da população em idade de trabalho, por sua vez, constitui um dos principais determinantes do crescimento potencial de longo prazo. Já os indicadores de crédito são determinantes para a evolução do investimento e consumo.

Ressalta-se que o indicador tamanho de mercado sofre um redutor em seu peso dentro do pilar, evitando que os maiores Estados em termos de PIB, adquiram uma vantagem excessiva no ranking. Além disso, o pilar possui peso relativamente pequeno (7,8%).

Vale destacar ainda que o indicador Taxa de Crescimento considera a média das variações do PIB real dos últimos 4 anos (2019 a 2022), sendo as taxas de 2019 e 2020 as últimas divulgadas oficialmente pelo IBGE. Para 2021 e 2022, a Tendências Consultoria Integrada estimou as taxas.

O Pilar é composto por sete indicadores sendo que quatro deles foram introduzidos nessa edição: Comprometimento da Renda, Qualidade De Crédito para Pessoa Física, Volume de Crédito e Inadimplência.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram GO, SP e RR, nessa ordem. Em relação à edição passada, GO subiu de 8º para 1º colocado, SP passou da 5ª para 2ª colocação, e RR caiu da 2ª para 3ª posição. Sergipe exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 15 colocações, passando para 9ª posição.

Nesse indicador SC manteve a mesma colocação da edição anterior (4º posto), quando avançou três posições. **O indicador em que o Estado está melhor posicionado é o da Inadimplência (2ª colocação), no Volume de Crédito (4ª) e no Tamanho do Mercado (6ª).** Houve avanço de um posto em Crescimento Potencial da Força de Trabalho (da 16ª para a 15ª) e recuo de seis postos em Taxa de Crescimento (que passou da 2ª colocação para a 8ª).

Tabela 10: SC – PILAR POTENCIAL DE MERCADO – Classificação por Indicador, 2015 a 2023

Ano/ Classificação no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1. Crescimento Potencial da Força de Trabalho	15	15	15	16	16	16	16	15	-
2. Tamanho de mercado	7	6	6	6	6	6	6	6	-
3. Taxa de crescimento	17	10	7	6	3	6	2	8	-
4. Comprometimento de Renda	-	-	-	-	-	-	-	20	-
5. Qualidade de Crédito para Pessoa Física	-	-	-	-	-	-	-	11	-
6. Volume de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	4	-
7. Inadimplência	-	-	-	-	-	-	-	2	-

Por último, o pilar **INOVAÇÃO** é compreendido como aquele que envolve aspectos relacionados a introdução de novas técnicas e métodos que transformam positivamente os processos existentes no interior das empresas, organizações e da sociedade

Tabela 10.1: SC – PILAR POTENCIAL DE MERCADO – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2023

Ano/ Nota Atribuída no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	53,9	28,9	43,8	51,8	45,7	61,0	51,9	66,7	90,8
1. Crescimento Potencial da Força de Trabalho	38,7	39,0	39,8	24,3	28,1	32,5	35,8	35,9	-
2. Tamanho de mercado	12,1	12,6	12,7	12,6	12,9	13,5	13,8	14,1	-
3. Taxa de crescimento	36,6	48,6	52,9	67,0	77,4	62,0	87,2	54,1	-
4. Comprometimento de Renda	-	-	-	-	-	-	-	69,2	-
5. Qualidade de Crédito para Pessoa Física	-	-	-	-	-	-	-	82,9	-
6. Volume de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	68,7	-
7. Inadimplência	-	-	-	-	-	-	-	94,6	-

em geral.

O CLP pontua que a teoria econômica moderna considera a inovação peça-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, já que ela promove ganhos de produtividade que permitem às pessoas e organizações produzirem mais, novos e melhores produtos e serviços a custos menores para um dado nível de insumos (fatores) produtivos.

O pilar Inovação tem peso 6,8% no cômputo geral e contempla sete indicadores com pesos semelhantes. Dois indicadores foram introduzidos nessa edição: Informação e Comunicação e Empresas de Alto Crescimento. Em comparação à edição de 2022, não houve atualização do indicador de Pesquisa Científica.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram SP, RS e SC, nessa ordem. Em relação à edição passada, houve troca de posição entre os primeiros colocados, com SP passando a 1ª colocação e RS recuando para a 2ª. Além disso, SC subiu da 4ª para 3ª colocação. AP exibiu o maior avanço de posição, com salto de 7 colocações, passando para 20ª posição.

Nessa edição, o estado recuou um posto em Empreendimentos Inovadores (de 4º para 5º) e avançou um posto em Patentes (de 3º para 2º). No indicador Empreendimentos Inovadores, vale lembrar que nas edições de 2019 e 2020 ocupava o 1º lugar. Esse indicador mede o número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores). No indicador Investimentos em P&D (7º) e em Bolsa de Mestrado e Doutorado (9º), o Estado manteve a mesma colocação, mas teve piora na nota atribuída. A pior classificação nesse pilar está em Empresas de Alto Crescimento (20º).

Tabela 11: SC – PILAR INOVAÇÃO – Classificação por Indicador, 2015 a 2023									
Ano/ Classificação no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	3	3	3	3	3	3	3	4	3
1. Bolsa de Mestrado e Doutorado	-	-	7	13	-	10	9	9	-
2. Empreendimentos Inovadores	-	-	-	-	1	1	3	4	5
3. Investimentos em P&D	6	11	10	8	7	7	-	-	-
4. Patentes	-	1	2	2	2	-	3	2	-
5. Pesquisa Científica	-	-	-	-	14	-	-	-	-
6. Informação e Comunicação	-	-	-	-	-	3	-	-	-
7. Empresas de Alto Crescimento	-	-	-	-	-	20	-	-	-

Tabela 11.1: SC – PILAR INOVAÇÃO – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2023									
Ano/ Nota Atribuída no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	62,3	64,9	62,2	65,5	90,8	85,4	92,9	82,4	82,1
1. Bolsa de Mestrado e Doutorado	-	-	65,4	38,0	-	44,4	68,7	62,2	-
2. Empreendimentos Inovadores	-	-	-	-	100,0	100,0	93,8	83,2	73,2
3. Investimentos em P&D	31,1	18,9	19,6	21,2	27,7	27,1	-	-	-
4. Patentes	-	100,0	83,3	94,4	93,7	-	70,0	78,3	-
5. Pesquisa Científica	-	-	-	-	43,5	-	-	-	-
6. Informação e Comunicação	-	-	-	-	-	59,6	-	-	-
7. Empresas de Alto Crescimento	-	-	-	-	-	13,6	-	-	-

Conclusões

Como pode-se observar, o Ranking de Competitividade elaborado pelo CLP permite uma análise profunda e abrangente dos estados, constituindo-se em excelente ferramenta de controle e acompanhamento da gestão pública. Permite identificar as áreas que precisam de melhorias e a definição de prioridades na atuação dos governos estaduais, estimulando a elevação do padrão de competitividade entre eles.

Apesar de SC ter avançado 5 posições desde a primeira edição do Ranking, em 2011, quando ocupava o 7º posto, e se consolidar como uma liderança competitiva, tanto o governo estadual como a sociedade em geral, se deparam com muitos desafios a serem enfrentados. São vários os indicadores em que SC ou não está bem colocada ou perdeu pontuação no indicador. E mesmo naqueles em que se destaca, há ainda muito espaço para melhorar.

No caso da Segurança Pública, por exemplo, apesar de o Estado ter a melhor colocação do País já pelo quinto ano seguido, e de ter tido avanços importantes nessa edição, alguns

de seus indicadores precisam de atenção. Em Mortalidade (15º) e Morbidade no trânsito (10º), por exemplo, apesar da melhora dos indicadores nessa edição, ha claramente muito a ser feito para melhorar e atingir níveis internacionais de referência. Também na atuação do Sistema Criminal e em Deficit Carcerário há bastante espaço para melhorias.

Em Infraestrutura, o Estado recuou um posto nessa edição para a 3ª colocação. Ainda que tenha tido avanço em indicadores como Qualidade das Rodovias, Qualidade dos Serviços de Telecomunicações, Custo e Qualidade da Energia Elétrica, houve piora em outros. O Estado perdeu posições em Custo do Saneamento Básico, Acessibilidade dos Serviços de Telecomunicações e Acesso a Energia Elétrica. E ainda perdeu a liderança em Backhaul de Fibra Ótica. Sendo a infraestrutura de fundamental importancia para a competitividade, atenção especial é fundamental para que todos os seus indicadores tenham melhora continua.

Os indicadores sociais de SC seguem sendo os melhores do País. O Estado tem a menor Desigualdade de Renda e a menor Mortalidade Infantil. E nessa edição, passou a ser o Estado com o menor Número de Famílias abaixo da Linha da Pobreza. Exibe ainda a segunda colocação em Cobertura Vacinal e Desnutrição na infância e o terceiro em IDH. Houve também avanços tanto na colocação como na nota de importantes indicadores como os de Equilibrio Racial, da Obesidade na Infância e de Inadequação da Moradia, embora todos com grande espaço para melhora. Já no indicador de Mortalidade Materna, em que o Estado passou da 1ª para a 7ª colocação, é preciso focar ações para reverter esse recuo. O Estado também tem bastante espaço para crescimento em Acesso ao Saneamento Básico.

Em Solidez Fiscal, SC teve um grande avanço, passando da 15ª para a 7ª colocação. Com a exceção do Índice de Liquidez, todos os demais indicadores tiveram melhora. O indicador que mede a relação entre as obrigações financeiras e o caixa bruto teve perda na nota atribuída e reciou cinco postos. Os maiores avanços se deram em Regra de Ouro, em Sucesso do Planejamento Orçamentário e em Taxa de Investimento, mas todos os demais tiveram melhora na performance geral. Atenção precisa ser dada nas questões relacionadas a Solvência Fiscal, aos Gastos com Pessoal e em Resultado Primário.

Atenção especial deve-se voltar também ao Pilar Educação, já que SC recuou dois postos nessa edição, após ter recuado um posto na edição anterior. Ocupa agora a sua pior colocação (5ª) e a pior nota (73,4) da série iniciada em 2015. Os únicos indicadores que avançaram foram o IDEB e a Taxa de Atendimento do Ensino Infantil. Houve piora significativa, no entanto, na colocação e na nota atribuída ao indicador Avaliação da Educação; na Taxa de Frequencia Líquida do Ensino Médio e na Taxa de Frequencia Líquida do Ensino Fundamental.

SC também não foi bem em Sustentabilidade Ambiental ao retroceder em vários indicadores. Ainda assim, o Estado está bem posicionado na comparação com os demais e bem melhor quando comparado com os anos iniciais da série. Nessa edição recuou um posto para a 5ª colocação, sendo que a grande parte dos indicadores perderam posição

relativa. O Estado está melhor posicionado em Velocidade do Desmatamento; na Coleta Seletiva do Lixo e na Reciclagem de Lixo. Em Serviços Urbanos passou de 12º para 17º, lembrando que em 2022, já havia recuado outras duas posições. Em Tratamento de Esgoto, SC recuou para a 16ª. Teve piora também em Recuperação de Áreas Degradadas, na Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento e no Desmatamento. Em Emissões de CO2; na Preservação da Vegetação pelos Imóveis Rurais e em Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais, o Estado também não teve boa colocação.

Em Eficiência da Máquina Pública, SC recuou da 1ª para a 3ª colocação. Houve piora relativa na colocação da Oferta de Serviços Digitais e em Equilíbrio de Gênero no Emprego Público. Em Eficiência do Judiciário, após uma melhora significativa na edição anterior, passou da 7ª para a 15ª colocação nesta. Mas o Estado segue bem classificado em Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário (1ª colocação). Também se destaca na Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (2º) e no Custo do Legislativo/PIB (3º). O Indicador Custo do Judiciário manteve a 5ª colocação. O indicador Custo do Executivo/PIB avançou da 9ª para 7ª colocação, com melhora também na nota atribuída. Em equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual passou da 16ª colocação para a 7ª.

Em Capital Humano, SC conquistou 23 posições e ficou na primeira colocação. Mudanças metodológicas e inserção de alguns indicadores permitiram esse avanço. Não houve mudanças na colocação dos indicadores que já compunham o pilar. Houve, no entanto, melhora na nota atribuída a Produtividade do Trabalho e no Custo da Mão de Obra, mas piorou em Qualificação dos Trabalhadores e PEA com Ensino Superior.

Em Potencial do Mercado, o Estado manteve a colocação, após ter avançado três posições na edição anterior. O indicador em que o Estado está melhor posicionado é o da Inadimplência (2ª); no Volume de Crédito (4ª) e no Tamanho do Mercado (6ª). Houve avanço de um posto em Crescimento Potencial da Força de Trabalho e recuo de seis postos em Taxa de Crescimento.

E finalmente, em Inovação, o Estado avançou um posto para a 3ª colocação no Pilar. Nessa edição recuou um posto em Empreendimentos Inovadores (5ª) e avançou um em Patentes. Vale lembrar que nas edições de 2019 e 2020, SC ocupava o 1º lugar em Empreendimentos Inovadores. Esse indicador revela o potencial do Estado em promover a Ciência, Tecnologia e Inovação, diante da atual transição à revolução digital. No indicador Investimentos em P&D (7º) e em Bolsa de Mestrado e Doutorado (9º), o Estado manteve a mesma colocação. A pior classificação nesse pilar está em Empresas de Alto Crescimento (20º).

E assim, SC avança no Ranking da Competitividade dos Estados Brasileiros. Ainda que vários indicadores oscilem entre melhora e piora, de forma geral se observa que no conjunto os avanços têm superado os retrocessos.

Importante sempre estar atento ao padrão de competitividade que vem se mostrando

cada vez mais dinâmico, não somente entre os estados brasileiros, mas especialmente no cenário internacional. E os desafios se renovam e crescem, e exigem esforços de criatividade e atitude para enfrentá-los. Ainda mais, considerando-se que nos deparamos com uma provável reorganização das cadeias globais de produção, fortemente impactadas tanto pela guerra na Ucrânia, como pela pandemia da Covid. E agora novos desafios e incertezas com a Guerra no Oriente Médio.

Também a perspectiva de grandes desafios climáticos nos próximos anos demanda um olhar atento e ações concretas, tanto para mitigar os efeitos das mudanças em curso, como na prevenção e combate às práticas predatórias. A sociedade em geral, líderes e agentes públicos e privados, precisam voltar-se cada vez mais para adoção de práticas sustentáveis de desenvolvimento econômico. Está cada vez mais evidente que a economia (e a sociedade) depende do meio ambiente e não o contrário. Por isso, uma provável expansão dessa consciência resultará em sistemas produtivos cada vez mais limpos e sustentáveis, baseados em ambientes socialmente equilibrados.

E a competitividade evolui nessa direção. Cabe alinhar ações e enfrentar os desafios, sob pena de perdermos o protagonismo que tanto nos orgulha.

Vale aqui também ressaltar o destaque que SC teve no Ranking dos Municípios brasileiros que em sua 4ª Edição, analisou a competitividade de 410 municípios que compõem o recorte populacional superior a 80.000 habitantes. No Estado foram analisados 17 Municípios que abrigam uma população estimada em 4 milhões de habitantes. Florianópolis, após avançar uma posição nessa edição, se tornou o município mais competitivo do País, seguido por São Paulo. Ainda entre os 100 municípios mais competitivos do País, SC abriga outros doze na lista: Balneário Camboriu (13º); Blumenau (15º); Jaraguá do Sul (17º); Criciúma (18º); Joinville (32º); Chapecó (39º); São Bento do Sul (46º); Tubarão (50º); Itajaí (68º); São José (78º); Brusque (82º) e Concórdia (91º). Um notório diferencial competitivo, portanto.

Cabe finalmente parabenizar as iniciativas e o protagonismo do Centro de Liderança Pública pelo desenvolvimento desse relevante estudo que vem sendo sistematicamente aprimorado e divulgado desde 2011.

Paulo Zoldan

Economista

Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina

Anexos

1. Descrição dos Indicadores por Pilar, fonte e ano de Referência no Ranking dos Estados de 2023

Infraestrutura			
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	Densidade de acessos de telefonia móvel e banda larga fixa por 100 habitantes.	ANATEL e IBGE	2022
Qualidade do Serviço de Telecomunicações	Média simples entre o percentual de cumprimento de metas com banda larga fixa e telefonia móvel.	ANP	2022
Custo de Combustíveis	Preço médio pago em reais por consumidores finais (Etanol Hidratado, Gasolina Comum e Óleo Diesel), ponderado pela participação dos combustíveis no consumo total.	SNIS	2022
Custo de Saneamento Básico	Tarifa média praticada pelo serviço de tratamento e distribuição.	ANAC	2021
Disponibilidade de Voos Diretos	Número de voos diretos domésticos regulares.	IBGE	2022
Acesso à Energia Elétrica	Percentual de domicílios com energia elétrica (rede geral ou fonte alternativa).	ANEEL	2022
Custo da Energia Elétrica	Tarifa média (com impostos) praticada para o consumo comercial, residencial, industrial e rural, ponderada pela participação das classes no consumo total de energia	ANEEL	2022
Qualidade da Energia Elétrica	O indicador aponta o Desempenho Global de Continuidade, ao considerar a duração e frequência de interrupções no serviço de energia.	CNT	2022
Qualidade das Rodovias	Avaliação das condições das vias rodoviárias: nota entre 1 (ruim) a 5 (ótimo), ponderada pela extensão pesquisada.	ANATEL e IBGE	2022
Backhaul de Fibra Óptica	Percentual de municípios com backhaul de fibra óptica.	ANP	2023

Sustentabilidade Social

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Inadequação de Moradia	% de domicílios urbanos que apresentam ao menos 1 dos critérios de inadequação: carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva.	IBGE	2022
Famílias Abaixo da Linha da Pobreza	Percentual de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza definida pelo Governo Federal com base nos valores adotados para qualificação no Bolsa Família	IBGE	2022
Desigualdade de Renda	Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido, em todos os trabalhos, a preços médios do ano.	IBGE	2022
Acesso ao Saneamento Básico - Água	% de domicílios com acesso à água canalizada de rede geral de distribuição.	IBGE	2022
Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	% de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto.	IBGE	2022
Anos Potenciais de Vida Perdidos	Média ponderada pela quantidade de óbitos dos anos potenciais de vida perdidos (anos faltantes para atingir 70 anos) por faixa etária.	Datasus	2021
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano estadual.	PNUD, FJP e Ipea	2021
Mortalidade Materna	Óbitos maternos em relação à população feminina em idade fértil (15-49 anos) – Taxa de mortalidade por 100 mil mulheres	Datasus e IBGE	2021
Mortalidade Precoce	Mortalidade de Jovens (15-29 anos) por causas externas. – Taxa de mortalidade por 100 mil jovens	Datasus e IBGE	2021
Mortalidade na Infância	Óbitos de menores de 5 anos por grupo de 1.000 nascidos vivos - Taxa de mortalidade por mil nascidos vivos	Datasus	2021
Desnutrição na Infância	Percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com magreza acentuada.	Sisvan	2022
Obesidade na Infância	Percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com obesidade.	Sisvan	2022
Cobertura Vacinal	Taxa de cobertura vacinal: número de doses aplicadas do imunizante indicado (1ª, 2ª, 3ª dose ou dose única, conforme a vacina) dividida pela população-alvo, multiplicado por 100.	Datasus	2022
Equilíbrio Racial	Distância entre o percentual de negros na população acima de 30 anos em estratos privilegiados (educação, renda e longevidade) e sua participação no total de habitantes da mesma faixa etária.	Índice Folha de Equilíbrio Racial (Ifer)	2021
Trabalho Infantil	Crianças e adolescentes encontrados pela Auditoria Fiscal do Trabalho em situação de trabalho infantil	Ministério do Trabalho e	2022

	em relação à população menor de 18 anos – Trabalhadores por 100 mil crianças e adolescentes.	IBGE	
Trabalho Escravo	Trabalhadores em condições análogas a trabalho escravo encontrados pela Inspeção do Trabalho, em relação à população em idade de trabalhar (14 anos ou mais).	Ministério do Trabalho e IBGE	2022

Segurança Pública

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Atuação do Sistema de Justiça Criminal	População prisional acusada de homicídio em relação ao número de homicídios.	DEPEN e FBSP	2022
Presos sem Condenação	Proporção de presos sem condenação em relação ao total de presos.	DEPEN	2022
Déficit Carcerário	Relação população prisional pelo total de vagas	DEPEN	2022
Mortes a Esclarecer	Óbitos por causas externas a partir de "Eventos cuja intenção é indeterminada" por 100 mil habitantes.	Datasus e IBGE	2021
Mortalidade no Trânsito	Óbitos por acidentes em transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datasus e IBGE	2021
Morbidade no Trânsito	Número de internações provocadas por acidente de transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datasus e IBGE	2022
Segurança Pessoal	Taxa de Mortes Violentas Intencionais - MVI (corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora) em relação a população total.	FBSP	2022
Segurança Patrimonial	Roubos totais por 100 mil habitantes.	FBSP	2022
Qualidade da Informação de Criminalidade	Qualidade estimada dos registros estatísticos oficiais de Mortes Violentas Intencionais.	FBSP	2020
Violência Sexual	Total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados por 100 mil habitantes.	FBSP	2022

Educação

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Avaliação da Educação	Status dos programas estaduais de avaliação da educação básica.	Secretarias Estaduais de Educação	2023
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ponderado pelo número de matrículas de todos os níveis de Ensino e de toda a rede (Pública e Privada).	INEP	2021
ENEM	Desempenho dos alunos do Ensino Médio para acesso ao Ensino Superior e a programas de financiamento em instituições privadas.	INEP	2022
Índice de Oportunidade da Educação	Mede a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas por municípios e estados.	Comunidade Educativa CEDAC	2021
Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o Ensino Fundamental.	IBGE	2022
Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos frequentando o Ensino Médio.	IBGE	2022
Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	Proporção de crianças na faixa etária de 0 e 5 anos frequentando a creche/escola.	IBGE	2022

Solidez Fiscal

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Taxa de Investimentos	Investimento liquidado / receita corrente líquida	Siconfi	2022
Regra de Ouro	Diferença entre as despesas de capital empenhadas e a receita de operações de crédito, dividida pela receita corrente líquida – (em %)	Siconfi	2022
Solvência Fiscal	Dívida consolidada líquida / receita corrente líquida – em %	Siconfi	2022
Sucesso do Planejamento Orçamentário	Despesa liquidada pela despesa total atualizada (dotação orçamentária) – em %	Siconfi	2022
Dependência Fiscal	Grau de dependência financeira do Estado: transferências correntes/receita corrente total – em %	Siconfi	2022
Resultado Primário	O resultado primário é dado pela diferença entre receita primária realizada e a despesa primária empenhada no ano. A diferença é dividida pelo PIB nominal de cada Estado – em %	Siconfi e Tendências	2022
Gasto com Pessoal	Gasto Empenhado com Pessoal (%RCL)	Siconfi	2022
Índice de Liquidez	Índice de Liquidez = obrigações financeiras / caixa bruto. Assim, quanto maior o indicador, pior- em %	Siconfi	2022
Poupança Corrente	Poupança Corrente (receitas correntes - despesas correntes / receitas correntes) – em %	Siconfi	2022

Sustentabilidade Ambiental

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Emissões de CO2	Emissões brutas subtraídas das re-moções de CO2 divididas pelo PIB Total.	SEEG/OC e Tendências	2021
Serviços Urbanos	Oferta de serviços de manejo de resíduos sólidos executados pela Prefeitura, por empresas contratadas e por outros executores.	SNIS e IBGE	2021
Destinação do Lixo	Destinação adequada dos resíduos sólidos pelos municípios, conforme o tipo de resíduo emitido e a qualidade da unidade de processamento destinatária.	SNIS e IBGE	2021
Tratamento de Esgoto	Parcela de esgoto tratado do total de água consumida multiplicado pela proporção de domicílios com acesso à água encanada proveniente de rede geral de distribuição no estado	SNIS e IBGE	2021
Perda de Água	Índice de perdas na distribuição de água.	SNIS	2021
Reciclagem de Lixo	Taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de resíduos domésticos e públicos.	SNIS e IBGE	2021
Coleta Seletiva de Lixo	Taxa de cobertura da coleta seletiva porta-a-porta em relação à população urbana.	SNIS e IBGE	2021
Desmatamento	Razão entre a área total desmatada e a soma da área de unidades de conservação (federal e estadual) e de terras indígenas.	MapBiomias, Instituto Socioambiental e Ministério do Meio Ambiente	2022
Velocidade do Desmatamento	Velocidade média do desmatamento: razão entre a área total desmatada e o número de dias decorridos entre o início e o final do desmatamento.	MapBiomias	2022
Recuperação de Áreas Degradadas	Área total modificada de uso de solo da forma antrópico (agropecuária ou áreas não vegetadas) para a forma natural (floresta ou formação natural não florestal), em relação à área geográfica total.	MapBiomias e IBGE	2021
Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	Transparência das ações do poder público estadual no combate ao desmatamento.	MapBiomias	2022
Preservação da Vegetação pelos Imóveis Rurais	Percentual da área da Unidade da Federação dedicada à preservação da vegetação nativa pelos imóveis rurais.	Embrapa	2021
Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais	Área dedicada à preservação da vegetação nativa em relação à área dos imóveis rurais – em %		2021

Eficiência da Máquina Pública

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Eficiência do Judiciário	Taxa de Congestionamento Líquida (percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado, retirando os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório).	CNJ	2021
Custo do Executivo/PIB	Recursos públicos alocados na administração direta / PIB.	Siconfi e Tendências	2022
Custo do Judiciário/PIB	Recursos públicos alocados no judiciário / PIB	Siconfi e Tendências	2022
Custo do Legislativo/PIB	Recursos públicos alocados no legislativo / PIB	Siconfi e Tendências	2022
Índice de Transparência	Escala Brasil Transparente 360º - Ranking de “Transparência Passiva” e “Transparência Ativa”.	CGU	2020
Qualidade da Informação Contábil e Fiscal	Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal Estadual no Siconfi.	Tesouro Nacional	2021
Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário	Média entre as relações: IPM (índice de produtividade do magistrado) / IPM necessário para que TJ atinja 100% do IPC - Jus; e IPS (índice de produtividade dos servidores) / IPS necessário para que TJ atinja 100% do IPC -Jus	CNJ	2021
Oferta de Serviços Públicos Digitais	Índice ABEP-TIC de Oferta de Serviços Públicos Digitais para os Governos Estaduais e Distrital.	ABEP-TIC	2023
Prêmio Salarial Público-Privado	Diferença percentual do salário médio do servidor público estadual em relação ao salário do setor privado.	IBGE	2022
Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	Diferença percentual do salário médio entre homem e mulher na administração pública estadual.	IBGE	2022
Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual	Distância entre a participação da mulher em cargos da administração pública estadual (desconsiderando saúde e educação) em relação ao cenário de equilíbrio (participação da mulher na força de trabalho ampliada).	IBGE	2022

Capital Humano

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Custo de Mão de Obra	Rendimento médio nominal de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.	IBGE	2022
PEA com Ensino Superior	Percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, com ensino superior completo.	IBGE	2022
Produtividade do Trabalho	PIB total pelas horas efetivamente trabalhadas em todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade	IBGE e Tendências	2022
Qualificação dos Trabalhadores	Anos de estudo médio das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas.	IBGE	2022
Formalidade do Mercado de Trabalho	Proporção de ocupados formais em relação ao total de ocupados de 14 anos ou mais de idade.	IBGE	2022
Inserção Econômica	Proporção de Ocupados em relação à População Economicamente Ativa.	IBGE	2022
Inserção Econômica dos Jovens	Proporção dos jovens (entre 15 e 29 anos de idade) que estudam ou trabalham em relação ao total de jovens.	IBGE	2022
Desocupação de Longo Prazo	Percentual de pessoas desocupadas por 2 anos ou mais, em relação ao total de pessoas desocupadas.	IBGE	2022
Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas	Percentual de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, em relação ao total de pessoas ocupadas.	IBGE	2022

Potencial de Mercado

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Tamanho de Mercado	Nível do Produto Interno Bruto (PIB).	Tendências	2022
Taxa de Crescimento	Média móvel de quatro períodos para a taxa de crescimento anual do PIB real.	IBGE e Tendências	2022
Crescimento Potencial da Força de Trabalho	Média da taxa de crescimento da PIA para os próximos 10 anos (população com idade entre 15 e 64 anos) – em %	IBGE	2022
Comprometimento da Renda	Comprometimento de renda com dívidas bancárias em relação à massa de renda total domiciliar – em %	Banco Central, IBGE e Governo Federal	2022
Qualidade de Crédito para Pessoa Física	Percentual de modalidades não-emergenciais (consignado, habitacional, veículos e rural) para Pessoa Física em relação ao crédito total.	Banco Central	2022
Volume de Crédito	Saldo de crédito total (PJ e PF) em relação ao PIB total	Banco Central e IBGE	2022
Inadimplência	Participação de consumidores inadimplentes em relação à população acima de 18 anos de idade.	Serasa e IBGE	2022

Inovação

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Investimentos Públicos em P&D	Participação de Investimento público em P&D no PIB estadual.	MCTIC e IBGE	2020
Patentes	Total de concessões de patentes ("Patente de Invenção", "Modelo de Utilidade" e "Certificado de Adição") em relação ao PIB.	INPI e Tendências	2022
Bolsa de Mestrado e Doutorado	Proporção de discentes de pós-graduação beneficiados pela Bolsa CNPq, CAPES ou FAPs dos Estados.	CNPQ, CAPES e CONFAP	2022
Empreendimentos Inovadores	Número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) para cada 1 milhão de habitantes.	Anprotec e IBGE	2023
Pesquisa Científica	Média simples das notas em pesquisa científica do Ranking Universitário Folha (RUF).	Ranking Universitário Folha (RUF)	2019
Informação e Comunicação	Participação das atividades econômicas de Informação e Comunicação no valor adicionado bruto de Serviços.	IBGE	2020
Empresas de Alto Crescimento	Número de unidades locais de empresas de alto crescimento em relação ao total de unidades locais.	IBGE	2020



GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO